

## O resgate da identidade nacional: cultura e fato histórico

Marilda Soares

As circunstâncias históricas do século XIX fizeram aflorar o nacionalismo no mundo ocidental. Na Europa, as invasões napoleônicas, as guerras de unificação italiana e alemã, bem como as novas perspectivas de desenvolvimento do neocolonialismo, levaram as populações à preservação de seus espaços territoriais por meio da difusão dos valores constitutivos da nacionalidade. Do mesmo modo, na América Latina, os processos de independência e a necessidade de manter a coesão política colocaram em pauta o tema da identidade cultural.

No Brasil, a Independência, em 1822, deu início a um processo de busca dos referenciais histórico-culturais do país. Era necessário conhecer a população, os recursos econômicos e as riquezas da terra, e registrar a História da Nação, mas alguns aspectos apresentavam grande complexidade. Como registrar a História de um povo formado segundo os critérios excludentes da sociedade colonial? Como apresentar a cultura do povo brasileiro sem mencionar o fato de que parte significativa desse povo e, portanto, dessa cultura, foi sistematicamente desqualificada pelos colonizadores? Como falar em identidade sem apontar seu complemento necessário – a alteridade – e todos os conflitos resultantes da presença e do predomínio do europeu no Novo Mundo?

O Império, com a colaboração dos industriais, fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que promoveu um concurso para selecionar o melhor projeto de *construção* da História do Brasil. O vencedor, Von Martius, propôs que a História nacional se fizesse apontando a contribuição das três raças e a preponderância do europeu, o sujeito histórico responsável pelas grandes transformações. Desse modo, a História que começou a ser escrita não tratou as três etnias presentes na formação do povo e da cultura do Brasil com o mesmo olhar. A relação entre dominadores e dominados explicitava o preconceito de superioridade cultural do europeu frente ao ameríndio e ao africano.

Também na Literatura, em *O Guarani*, *Iracema*, *A Moreninha* e em tantos outros romances, o tema da nacionalidade foi mote privilegiado. O Romantismo encarregou-se de

divulgar as relações entre brancos, índios e negros em seus enredos recheados de *bons selvagens*, escravos subservientes e estudantes abolicionistas, negando ou suavizando os embates presentes na sociedade.

Textos científicos e políticos publicados na época reforçavam os debates em torno da questão étnica. Muitos intelectuais influenciados pelo pensamento darwinista colocavam preceitos pseudocientíficos a serviço da manutenção do sistema escravista, afirmando que a Nação permaneceria aquém dos avanços técnicos e econômicos verificados na Europa, ou se degeneraria, se ficasse à mercê da ignorância das tradições africanas. Outros intelectuais, preocupados com novo elemento adventício, o imigrante, apontavam a necessidade de preservar a cultura formal da influência dos estrangeiros, com suas falas e seus modos tão diferentes dos padrões idealizados pela elite nacional.

Assim, para compreender o processo de formação da cultura e do povo brasileiro, é necessário cotejar os textos históricos, literários e científicos, resgatando a preciosidade de suas informações e perceber como tais textos revelam, além dos cenários e personagens – reais ou fictícios –, as mentalidades e as sutilezas dos discursos permeados pelos valores contemporâneos.

Na passagem do século XIX para o século XX, o Brasil passou por muitas mudanças, com a Abolição, a República e a imigração européia e asiática. Contudo, o padrão cultural difundido no país estava, ainda, atrelado aos aspectos ideológicos e estéticos divulgados nos centros da civilização européia.

Amplios setores da aristocracia nacional consideravam que, para ser moderno, ser civilizado, era preciso agir como se estivesse nas ruas de Florença, de Paris, de Londres. Em outras palavras, cultivavam o ideal de transplante cultural iniciado nos primeiros tempos da colonização e mantido durante o Império.

Com a prosperidade econômica gerada pela produção do café, a industrialização e a urbanização criaram os novos ricos e mantiveram o prestígio de setores da elite tradicional. Uma das formas de expressão do *status* político e econômico era o consumo de obras de arte, o financiamento de grandes monumentos públicos e a construção de belas mansões. Em certos bairros nobres do Rio de Janeiro e de São Paulo havia casas suntuosas, construídas e decoradas com tijolos ingleses, mármore italianos e cristais franceses.

Também era comum que edifícios públicos fossem projetados por arquitetos europeus, ou construídos na Europa e transportados, peça por peça, para o Brasil, como é o caso do Teatro de Manaus e do Mercado Municipal de Belém.

Os artistas brasileiros geralmente iniciavam seus estudos na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro e completavam-nos em Paris, muitas vezes com verbas concedidas pelo próprio governo brasileiro. De volta ao Brasil, pintores do cabedal de Almeida Júnior e Rodolfo Amoedo traziam as técnicas do realismo, do impressionismo e do pontilhismo as quais eram usadas na confecção de telas que retratavam cenas históricas nacionais.

Não obstante as preferências estéticas da elite, as mudanças no cenário político, econômico e sociocultural dos países ocidentais refletiram-se nos novos estilos da arte européia e acabaram influenciando artistas e outros intelectuais a iniciarem, no Brasil, um movimento de renovação. Pintores, escultores e escritores procuravam novos caminhos para a arte, buscando a expressão de um sentimento e de um pensamento voltado para a valorização da cultura nacional. Ainda que formados pela cultura erudita, constituída nos moldes europeus, lograram transformar os modelos instituídos e socialmente valorizados. Dentre eles, destacaram-se Lasar Segall, Anita Malfatti, Vitor Brecheret, Di Cavalcanti, Heitor Villa-Lobos, Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Já em 1913, Lasar Segall, pintor de origem lituana que se fixou definitivamente no Brasil em 1923, realizou sua primeira exposição, contribuindo para a introdução do expressionismo alemão, um estilo de vanguarda. Em suas obras, elegeu temas nitidamente nacionais, como a mulata e o negro, as vicissitudes do espaço urbano, com suas favelas, e a natureza, com cores vivazes.

Pouco tempo depois, em 1917, Anita Malfatti recebeu dura crítica pela exposição de suas obras, às quais Monteiro Lobato atribuiu a pecha de uma “*espécie de caricatura*”. Seus trabalhos mostravam a influência das obras expressionistas de Picasso e Gauguin e representaram a divulgação de uma tendência que seria mantida e ampliada após a Semana de Arte Moderna.

Juntamente com outros artistas e intelectuais do período, Vitor Brecheret, escultor italiano, lançou-se em defesa do novo estilo. Ele próprio, autor do *Monumento às*

*Bandeiras*, apresentava um padrão estético diferenciado, com traços sintéticos e movimentos expressivos.

Após visitar a exposição de Malfatti, o escritor Mário de Andrade escreveu *Paulicéia desvairada*, obra poética modernista, publicada em 1922, ano em que, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro, se realizou em São Paulo, no Teatro Municipal, a Semana de Arte Moderna.

Mais do que uma exposição, a Semana converteu-se em um movimento com manifestações pela inovação e liberdade de expressão. Segundo os organizadores do evento, as mais modernas formas de expressão artística difundidas no exterior deveriam ser incorporadas de forma crítica – adequadas e apropriadas à realidade nacional –, o que significava a defesa da representação, pelas artes, dos aspectos diversos da cultura brasileira. E, de fato, as obras de Mário e Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Heitor Villa-Lobos, dentre outros, caracterizam a cultura produzida nas diferentes regiões do Brasil e refletem uma realidade até então pouco explorada pelas Artes Plásticas e pela Literatura.

É bem verdade que, antes do Modernismo, o Realismo-Naturalismo apresentara uma visão mais objetiva do mundo, buscando retratar fielmente o cotidiano, diferentemente da literatura parnasiana do final do século XIX, que se inspirava no ideal de *arte pela arte* e refletia muito pouco a realidade brasileira. Assim, é necessário destacar outras contribuições da Literatura ao registro da cultura nacional, como se pode observar em obras como *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, ou *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. No início do século XX, Euclides da Cunha, com o registro histórico publicado em *Os Sertões*, Lima Barreto, com os apontamentos sobre a sociedade suburbana do Rio de Janeiro, e Monteiro Lobato, com a literatura infantil reveladora do espaço rural, também assinalaram elementos recônditos do cotidiano do homem brasileiro.

Os modernistas do início do século passado constituíram um movimento de formação e divulgação da identidade nacional com implicações na organização da política cultural do Estado, e inovaram ao expressar o ideal de superação da histórica dependência cultural, como proposto em 1928 por Oswald de Andrade, no *Manifesto Antropofágico*. Tal superação não excluía os avanços das técnicas artísticas, nem mesmo a apreciação dos

estilos europeus, mas valorizava o elemento nacional, ressaltando a necessidade de se constituir uma moderna vertente de interpretação do Brasil.

E, nas Artes Plásticas, em Di Cavalcanti ou Tarsila do Amaral, mesmo quando a técnica e a estética faziam com que a obra se aproximasse do cubismo de Pablo Picasso, emergia uma temática brasileira, com cores e formas que expressavam os gestos e os gostos cultivados nos trópicos.

Do mesmo modo, a liberdade das formas foi a tônica do novo estilo literário. Em *Paulicéia desvairada*, Mário de Andrade recorreu ao uso de expressões populares, o que indicava a incorporação da cultura espontânea pela cultura erudita. E, sobretudo, apresentava o Brasil como o espaço de uma cultura plural, cujos hábitos lingüísticos sobrepunham-se à formalidade da gramática portuguesa.

Na música erudita, Heitor Villa-Lobos apresentava releituras de cantigas folclóricas colhidas em pesquisas nas regiões Norte e Nordeste, transformando-as em peças musicais de projeção internacional. Concomitantemente com a instalação da indústria fonográfica, a música popular também ganhava prestígio junto às elites nacional e internacional, que apreciavam composições como *Carinhoso*, de Pixinguinha.

No cinema, filmes com temas populares, como *Nhô Anastácio chegou de viagem*, ou *O guarani*, baseado na obra literária, eram vistos por multidões formadas por todas as classes sociais.

Nessa mesma época, o país preparava-se para as comemorações do Centenário da Independência, de modo que os anos de 1920 representaram um momento especialmente propício para os debates em torno da cultura e da política nacional. Nesses debates, o nacionalismo representou o ponto nodal das disputas e, também, das possibilidades de conciliação.

A definição de modernidade cultural foi estabelecida pela Semana de Arte Moderna, que anunciou a vanguarda da intelectualidade brasileira, sua capacidade criadora, e buscou, ao mesmo tempo, explorar os alicerces da nacionalidade. Com esse movimento, produziu-se a união do tradicional ao contemporâneo, propondo uma nova abordagem que significava a mistura entre o cosmopolita e o nacional, com opção pelo nacional. Assim, o Modernismo e o nacionalismo, conservador ou progressista, não podem ser compreendidos

separadamente e o caminho de compreensão perpassa pelos vieses culturais cujo esteio é o fato histórico.

### **Sugestões de Leitura**

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O autor aponta a participação da intelectualidade brasileira no cenário político e na constituição da ideologia nacional. O texto apresenta a transformação do papel social dos intelectuais ao longo dos séculos XIX e XX, com destaque para a participação dos modernistas e os confrontos político-ideológicos próprios da primeira metade do século XX.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *A construção da identidade: um momento privilegiado*. In: **Revista Brasileira de História**, v. 11, n.º 23/24, São Paulo: set.91/ago.92.

A autora retrata a constituição do imaginário sobre o povo brasileiro e sua identidade cultural, destacando o final do século XIX e o início do século XX como um período privilegiado para a constituição e emergência desse imaginário.

PAULISTA, Marilda Aparecida Soares Alcântara. **“Para promover a grandeza da Nação”**: O Estado Novo e o projeto para a educação nacional. Tese de Doutorado. FFLCH/USP: São Paulo, 2002. A autora analisa os embates ideológicos em torno da constituição e preservação da nacionalidade brasileira e suas implicações na elaboração do projeto político-educacional, apresentando as discussões sobre a questão étnica, a política de branqueamento seguro e o ideal de democracia racial do início do século XX.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. O texto apresenta uma discussão consistente acerca das relações entre História, Literatura e cultura política. É considerado um clássico.

VIANNA, Oliveira. **Ensaio inédito**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991. O autor, teórico da política e da cultura nacional, adepto do pensamento autoritário do início do século XX, apresenta suas apreciações acerca do tema raça e cultura e dos elementos “*formadores do tipo brasileiro*”. Indica a mentalidade racista comungada por setores da intelectualidade e da elite de sua época.

Marilda Soares é doutora em História da Cultura pela Universidade de São Paulo.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.